



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 440

00584

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 440
------	---

Autores Deputado José Carlos Aleluia	nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4. X aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--------------	--	---	--------------	---

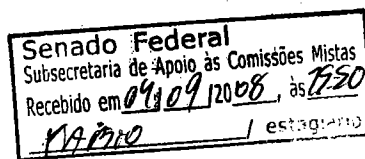
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória 440, de 29 de agosto de 2008, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. As carreiras de que trata a Lei 10.910, de 2004, terão garantida a remuneração integral dos seus integrantes no período compreendido entre março e junho de 2008, caso cumprida a legislação que regula o cumprimento de metas de arrecadação. “

Justificativa



As Entidades representativas dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil firmaram Termo de Acordo com o Governo Federal em 30 de junho de 2008, fruto de extensa negociação iniciada em agosto de 2007. Ao longo desse processo a categoria demonstrou extrema boa vontade em resolver os impasses na “mesa de negociação”. Entretanto, em virtude de recorrentes retrocessos por parte dos negociadores do Governo, os Auditores-Fiscais deliberaram por uma greve que teve início em 18 de março de 2008 e se estendeu até 08 de maio de 2008. Atendendo a apelo do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e de uma frente parlamentar de mais de cinquenta Deputados e Senadores, os Auditores-Fiscais retornaram ao trabalho sob a garantia do Ministro Paulo Bernardo de que haveria uma efetiva negociação, inclusive em relação aos dias parados.

Após a finalização do Termo de Acordo, as Entidades se reuniram com o MPOG para, conforme foi assegurado pelo Ministro, negociarem os dias não trabalhados em razão da greve. O Governo, porém, além de não apresentar qualquer intenção de negociar, segue descontando da remuneração mensal dos Auditores-Fiscais os valores referentes aos dias parados.

Os Auditores-Fiscais têm demonstrado seu espírito público retomando suas atividades de forma ostensiva e responsável. Prova disso é que, imediatamente após o término da greve, a balança comercial retomou seu crescimento, assim como a arrecadação tributária. Porém, a insistência do Governo em penalizar os Auditores-Fiscais pelo exercício de um



direito constitucional poderá acarretar um arrefecimento do ânimo da classe que se refletirá, por certo, nos resultados da Instituição.

Essa emenda visa, pois, permitir o justo reconhecimento aos Auditores-Fiscais pelo esforço e dedicação demonstrado pelos mesmos em recuperar as eventuais perdas advindas do movimento paredista.

PARLAMENTARES

cu

